



PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS - CONSELHEIRO 0000252-13.2012.2.00.0000**Requerente:** Ana Lucia Lima Santos**Requerido:** Instituto de Estudos Superiores do Extremo Sul - Ieses**Advogado(s):** SC000474 - Aroldo Joaquim Camillo (REQUERIDO)

Relatório

Pedido de providências formulado por ANA LUCIA LIMA SANTOS diante do INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES DO EXTREMO SUL - IESES - , que organiza concurso de registros públicos para o Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, por que:

1. Houve erro evidente na planilha utilizada para a correção da prova discursiva e prática na questão prática de número 01 e, por conseguinte, erro na atribuição da nota a questão respondida corretamente por diversos candidatos, dentre os quais a requerente;

2. Houve atribuição de nota desproporcional, irrazoável e injusta na resposta a questão prática de número 02 da prova discursiva, que apresentava dados para a elaboração de uma escritura de permuta de bens imóveis, com torna em dinheiro e incidência do ITBI;

3. Houve erro na atribuição de nota na questão teórica número 02 da prova discursiva, que se refere a penalidades impostas aos notários e registradores e sua finalização pelo Poder Judiciário. A nota foi 0,75 quando deveria ter-lhe sido atribuída a nota 1,00, vez que respondeu aos quesitos de forma correta.

Pede:

1. Liminar que imponha a formação de nova banca com especialista na área de Direito Notarial para proceder à nova correção da prova da requerente;

2. A confirmação da mudança da nota da candidata, após verificação da correção.

O Instituto de Estudos Superiores do Extremo Sul - IESES - sustentou que o Poder Judiciário não pode interferir nos critérios de correção de provas de concursos públicos e que a correção das questões respeitou os critérios definidos pela Comissão do Concurso e da Banca Examinadora.

Pede seja julgado improcedente o pedido.

É o relatório.

EMENTA: CONCURSO. CORREÇÃO DE PROVAS. ERRO NÃO DEMONSTRADO NA PLANILHA UTILIZADA PARA CORREÇÃO DA PROVA E NA ATRIBUIÇÃO DA NOTA. DESIGNAÇÃO DE NOVA BANCA. IMPOSSIBILIDADE.

I – Não restou demonstrado de forma inequívoca comportamento errôneo da Instituição responsável pela organização, que pudesse justificar excepcional intervenção deste órgão de controle para corrigir eventuais falhas apontadas.

II - Reiterados precedentes do Superior Tribunal de Justiça (*RMS 33884/RS, relator Ministro Mauro Campbell Marques, 13.12.2011; AgR no Resp 124266, relator Ministro Castro Meira, 22.11.2011; AgR no*

RMS 34836/RS, relator Ministro Humberto Martins), no sentido de que a atividade do Poder Judiciário neste tema limita-se a examinar a legalidade das normas instituídas no edital e a dos atos praticados, vedado o exame dos critérios de formulação de questões, correção de provas, atribuição de notas aos candidatos, matéria cuja responsabilidade é da banca examinadora.

III - A hipótese delineada nos autos não revela teratologia da decisão ou dos critérios, mas apenas natural divergência na interpretação do enunciado e dos critérios da decisão, próprios de uma ciência inexata e amparada na equivocidade dos termos lingüísticos.

IV – Pedido julgado improcedente.

Voto

A análise dos enunciados das questões, dos espelhos com as respostas, das respostas e das notas atribuídas não revela, de plano, de forma inequívoca, comportamento errôneo da Instituição responsável pela organização, que pudesse justificar a excepcional intervenção deste órgão de controle para corrigir eventuais falhas apontadas.

Em regra, conforme reiterados precedentes do Superior Tribunal de Justiça (*RMS 33884/RS, relator Ministro Mauro Campbell Marques, 13.12.2011; AgR no Resp 124266, relator Ministro Castro Meira, 22.11.2011; AgR no RMS 34836/RS, relator Ministro Humberto Martins*), a atividade do Poder Judiciário neste tema limita-se a examinar a legalidade das normas instituídas no edital e a legalidade dos atos praticados, vedado o exame dos critérios de formulação de questões, correção de provas, atribuição de notas aos candidatos, matérias de responsabilidade da banca examinadora.

A hipótese delineada nos autos não revela teratologia do enunciado, dos critérios de decisão ou das notas, mas apenas natural divergência na interpretação do enunciado e dos critérios da decisão, próprios de uma ciência inexata e amparada na equivocidade dos termos lingüísticos, de modo que, por essa razão, não pode esse Conselho, nem o Poder Judiciário substituir a banca examinadora para imiscuir-se nos critérios de correção de provas e na atribuição de notas.

Posto isso, julgo improcedente o pedido de providências formulado.

Silvio Rocha
Conselheiro

Esse Documento foi Assinado Eletronicamente por SÍLVIO LUIS FERREIRA DA ROCHA em 07 de Março de 2012 às 15:11:29



Assinado eletronicamente por: **Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3**

28/03/2014 00:00:00

Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3

29/03/2014 00:00:00

Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3

29/03/2014 00:00:00

Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3

30/03/2014 00:00:00

Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3

30/03/2014 00:00:00

Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3

28/03/2014 00:00:00



12032710095400000000000549864

<https://www.cnj.jus.br:443/pjecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **550572**